



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

HOTEL BONAPARTE, BRASÍLIA, DF, 14 DE AGOSTO DE 1997

Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos; Senhor Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer; Senhores Ministros de Estado; Senhor Coordenador do Fórum Nacional da Construção Pesada, Sr. Paulo Godói; Senhor Líder do Governo no Congresso, Senador José Roberto Arruda; Senhores Empresários; Senhoras e senhores,

Cabe-me, em primeiro lugar, agradecer. Agradecer as palavras generosas do Dr. Paulo Godói, a presença expressiva de representantes do setor da construção pesada, que se associam a esta manifestação de reconhecimento pelo que está sendo feito no Brasil; e, ao agradecer, talvez começar por recordar que, faz muito pouco tempo, não tínhamos no Brasil a possibilidade de desenhar um futuro, não tínhamos a possibilidade de sonhar, de imaginar, o que dizer então de ter alguma audácia de realizar alguma coisa. Estávamos, quase todos, mergulhados numa espiral inflacionária, na incapacidade de ver além do horizonte de 24 horas. Só aqueles que têm experiência da coisa pública, e aqui há alguns que a têm de sobra, como o Senador Antonio Carlos, como o Deputado Michel Temer, como alguns dos Senadores e Ministros que

aqui estão e, modestamente, eu próprio, podem avaliar o que significou passar daquela situação para ouvirmos, hoje, pela voz de um representante do setor empresarial, a descrição do que já se está fazendo.

Foram apenas três anos, três anos e pouco, para que nós pudéssemos começar a mudar este país na amplitude com que ele hoje está mudando. Eu, que fui Ministro da Fazenda, e o Dr. Kandir, que foi Secretário de Política Econômica em épocas outras, sentimo-nos, realmente, prazerosos de ver que nós caminhamos bastante, que esse caminho foi feito com o apoio da sociedade, apoio dos empresários, apoio do povo, que entendeu de imediato que, ou bem nós controlávamos a inflação, ou não se controlaria nada.

O Senador Antônio Carlos estava comigo no dia 11 de julho de 94 quando, no interior da Bahia, nós participávamos de um comício. O Real tinha sido lançado no dia 1º de julho daquele ano, e já se via, na praça pública, a satisfação da população que ainda não havia gozado os benefícios da mudança da moeda e da estabilidade, mas que dizia, como eu ouvi dizer e nunca me esqueci, naquela cidade, que foi Santa Maria da Vitória – o nome é expressivo: Santa Maria da Vitória –, dizia com orgulho, com a moeda na mão: “Vale mais que o dólar.” Provavelmente nunca tinha tocado num dólar, não tinha provavelmente certeza mesmo do que significava isso a pessoa que assim gritava, mas já sentia o orgulho patriótico, porque a moeda é também um símbolo de identidade nacional.

E, de lá para cá, não só com o apoio dos empresários e do povo, mas com o apoio constante do Congresso, nós começamos a refazer algo que não aparece, que são instituições, que é uma legislação extremamente complexa, que requer um debate, às vezes, que dá a impressão de que não vai chegar a resultado algum, às vezes com idas e vindas. Mas, quando, no momento adequado, alguém for fazer a avaliação do que foi feito de mudanças nesta legislatura, vai perceber que nós tocamos nos aspectos essenciais do marco jurídico-político deste país. Não completamos muitos deles, não conseguimos ainda fazer o que desejamos, mas muita coisa avançou, muita coisa mudou, num clima de respeito e de democracia – que, muitas vezes, também não é bem percebido, até

porque, quando nos esforçamos em discutir, em receber pessoas, isso aparece traduzido como se fosse barganha, esquecendo-se os que assim pensam de que ou se faz uma discussão, ou se compõem os valores e os interesses da multiplicidade diferenciada de agentes da sociedade, ou, então, se vai para uma ditadura, que, na verdade, acaba por compor esses mesmos interesses, só que sem ser à luz do dia e sem que haja a sustentação efetiva do Congresso e do País.

Nós aqui – e não foram muitos os países que tomaram essa via – combatemos a inflação dentro da democracia, discutindo passo a passo cada decisão, com todos: com sindicatos dos trabalhadores, com empresários, com a mídia, com o Congresso. Diuturnamente. Não faltou quem imaginasse que isso seria feito em detrimento do crescimento da economia, que a estabilização far-se-ia, mas, certamente, o Brasil beiraria a recessão.

Pois bem, já são vários anos em que essa palavra está afastada do nosso horizonte. É possível que não se esteja crescendo com todo o nosso potencial físico – que é grande –, porque ainda existem problemas de ordem institucional e monetária. Mas estamos crescendo incessantemente. Recentemente, pedi a um dos meus colaboradores, o professor Luciano Martins, que fizesse uma análise para saber o que havia acontecido com os 33 principais grupos privados nacionais. Eu tenho os dados à disposição. Todos cresceram. Houve um momento, a partir de 89, em que começaram a declinar. O fundo do poço foi 90, 91. Em 92, começaram a crescer. Daí por diante, todos eles cresceram.

Mais tarde, como já era visível à sociedade que não haveria recessão, veio o idéia da desnacionalização, de que a privatização teria como consequência a desnacionalização, de que a abertura do Brasil ao capital estrangeiro e a participação nossa no sistema internacional de mercado acarretaria uma diminuição das potencialidades nacionais. Por sorte para todos nós, até agora está havendo, sim, participação do capital externo, mas não está havendo sequer o predomínio. E eu até aspiraria a que viesse mais capital externo, porque as tarefas são imensas, e nós podemos perfeitamente expandir, ao mesmo tempo, as nossas fontes de capitalização e agregar a elas o capital externo.

Não houve, portanto, recessão. Não está havendo desnacionalização, embora esteja havendo uma participação maior do capital, da poupança estrangeira e da tecnologia estrangeira; e aquilo que mais de perto diz aos senhores: não está havendo a nossa perda de capacidade técnica. Há coisa de uma semana, estive na Bahia. E, na Bahia, pude ver, na fábrica de Oxiteno Nordeste, uma unidade nova, totalmente planejada e executada pela engenharia nacional. Ainda mais recentemente, fui ver a ponte rodoferroviária que vai ligar Mato Grosso do Sul a São Paulo, para permitir a ligação da Ferronorte com a Fepasa – e isso vai ser um eixo de desenvolvimento –, uma ponte que tem características técnicas muito expressivas, pelas profundidade das águas que lá estão e porque não é uma ponte pênsil. Perguntei sobre a engenharia: é engenharia nacional.

Esta é a nossa verdadeira riqueza: é a nossa capacidade de brasileiros. Ao mesmo tempo que estamos atraindo recursos de fora, estamos mantendo aquela vontade de ampliar a nossa potencialidade técnica e nossa capacidade de acumular. E é com esse espírito que nós estamos levando as transformações do Brasil. E essas transformações dependem, é verdade, do Congresso Nacional, mas dependem também da participação crescente do setor privado, não só no apoio às transformações que estamos propiciando, mas nas próprias transformações, no que diz respeito à organização das empresas, à modernização das empresas e ao aumento da capacidade técnica da cada empresa. O milênio que se aproxima vai ser ganho por aqueles que forem capazes dessa transformação, que guardarem a potencialidade de imaginação, de competência técnica, para que nós possamos continuar competindo, por certo.

Cabe ao Governo, e caberá crescentemente, uma tarefa importante em tudo isso. Laboram em erro os que imaginam que o mundo que se aproxima é o mundo do não-governo. Não. É o mundo de um novo governo, mas onde haverá, sim, uma parte pública muito ativa e muito importante, para permitir a articulação do setor privado, para permitir a definição de certos rumos, que não são rumos impostos pelo governo e pelo Estado, mas que são resultado da vontade nacional. Cabe, sobretudo, ao governo não só a reconstrução da sua própria máquina – não

quero alongar-me para demonstrar o que nós já estamos fazendo nessa direção –, mas sobretudo a reconstrução da base fundamental de um país, que é o cidadão, é a cidadã, é o ser humano.

Na reconstrução dessa base fundamental, a educação é prioridade essencial. E nosso governo está empenhado, como nenhum outro já esteve, naquilo que é, realmente, o essencial na educação, que é a escola primária, a educação de base. Também não quero cansá-los explicando ou reiterando o que estamos fazendo nessa área; mas, brevemente, o Ministro da Educação haverá de informar ao País, com o apoio de todo o Governo, que nós nos estamos preparando para um programa que declare e faça, de uma vez por todas – e não só o Governo Federal: o municipal, o estadual e a sociedade –, aquilo que é a meta fundamental: não haver criança que não esteja na escola na idade escolar, no nosso país.

Isso é possível. Isso é possível e, certamente, se fará até o ano 2000. Mas eu gostaria de antecipar, para que isso fosse feito até o final do meu mandato, para que não houvesse nenhuma criança em idade escolar – naturalmente, com os erros estatísticos habituais – fora das escolas, porque nós temos já condição para isso no Brasil.

Claro, as transformações sociais que já estão ocorrendo são transformações cujo efeito se traduz no tempo e cuja visibilidade não é a mesma de uma ponte, de uma usina hidrelétrica ou de uma ferrovia. Não aparecem, à primeira vista. Mas são essenciais.

Nós hoje temos a moeda estável e temos um programa como o Brasil em Ação, que apenas é uma marca para se chamar a atenção para 42 projetos, não só de infra-estrutura, mas sociais também, que se complementam por uma série de outros projetos que não estão dentro desse mesmo chapéu do Brasil em Ação, mas que têm o nosso empenho e o nosso apoio.

Se, portanto, isso hoje é visível, já que nós estamos numa fase de desenvolvimento econômico – não só de estabilização, mas também de desenvolvimento econômico –, o que é decisivo mesmo é o passo que começa a ser dado e que compõe esse tripé: moeda estável e desenvolvimento, que é bem-estar social.

Daqui por diante, a questão do emprego, que já foi aqui mencionada, deve ser uma questão nacional. A questão do emprego não é a questão da política econômica em abstrato. É a preocupação de cada brasileiro, de cada empresário, de cada homem de governo, de cada parlamentar.

Em qualquer das nossas medidas, nós devemos sempre pensar qual é o efeito sobre o emprego. É claro que uma economia que se moderniza, que utiliza base tecnológica diminui a oferta de empregos numa empresa, mas cria outras empresas. É preciso que haja esse encadeamento. E é esse encadeamento que oferece o emprego.

Laboram em erro também aqueles que imaginam que o futuro do Brasil está espelhado pelas estatísticas crescentes de desemprego na Europa. Por que não olhar para os Estados Unidos, onde as estatísticas são crescentes, de mais emprego, se nosso país, pela sua estrutura, pelo seu tamanho, pela mobilidade da sua população, pela capacidade de aprendizado dos seus trabalhadores, pelos programas que nós já temos, de retreinamento de mão-de-obra, está muito mais próximo do modelo que existe hoje na economia americana do que do modelo europeu, onde a imobilidade do mercado de trabalho é muito maior, onde a rigidez das regras é muito grande e onde os setores incluídos da sociedade, sim, gozam de benefícios, mas os que migram já perdem esses benefícios? Por que adotar esse modelo, em vez de adotarmos o modelo que nos é mais peculiar, que é o de podermos, sim, oferecer crescentemente empregos?

Eu não posso aceitar a teoria de que os números do desemprego vão aumentar. Eles têm de diminuir. E, para diminuir, precisam da nossa atenção e do nosso empenho. É um desafio que nós temos pela frente: educação, emprego. Junto disso, vem saúde e, ao mesmo tempo, vem a distribuição de renda.

Nós não estamos, simplesmente, criando um país estável. É importante que haja estabilidade política. É importante que haja estabilidade da moeda. É importante que nós tenhamos leis, que o Congresso não se tem negado a dar, nas questões fundamentais, para a redefinição do Brasil; e que o investidor possa perceber que existe

um horizonte estável. É muito importante, além disso, que nós tenhamos muitas oportunidades de investimento, como estamos tendo. Dr. Paulo Godói mencionou o setor de telecomunicações, o setor de energia elétrica.

Ainda ontem, conversando com alguns governadores, o Governador Miguel Arraes, de Pernambuco, me dizia que ele precisaria, para dar água para as cidades de Pernambuco, de 2 bilhões de reais e que ele não tem. Obviamente, nós vamos ter que arranjar um modelo em que haja também a participação do setor privado na oferta desse tipo de serviço público de saneamento básico e de água. E serão oportunidades novas de investimento.

É verdade que nós estamos fazendo mais portos, muitos portos. A lei dos portos, que não andava, está andando. Nós já temos avanços consideráveis. E alguns setores começam a sentir já os efeitos da queda do preço da utilização dos nossos portos.

Tudo isso é verdadeiro. Mas, aqui, o que nós estamos fazendo não é, simplesmente, uma economia estável, não é, simplesmente, uma economia que se mobiliza, que é dinâmica, que tem desenvolvimento. É mais que isso: nós estamos fazendo uma nova sociedade. Nós temos que nos capacitar de que ou nós fazemos uma nova sociedade, mais solidária, mais justa, com menos impunidade, em que o cidadão se sinta mais à vontade nela, ou todo o nosso trabalho na área física não vai ter o reconhecimento de nós próprios, porque nos sentiremos mal se nós não nos sentirmos uma sociedade melhor para os seus habitantes.

É esse o grande desafio daqui para frente: que haja uma espécie de cimento que solde a estabilidade com o desenvolvimento e com o bem-estar da sociedade. Para esse desafio nós precisamos unir forças. Não é um desafio para um homem, não é um desafio para um setor: é um desafio para todos nós em conjunto. Mas nós temos que ter bem presente, dentro de nós próprios, que aquela famosa frase de Stephan Zweig "O Brasil é o país do futuro" acabou. O futuro começa agora. Não é só no próximo século: é já. Estas três dimensões, da estabilidade da moeda, do desenvolvimento econômico e do bem estar social, fundem-se já no nosso dia-a-dia.

E é com esse espírito que eu recebo essas manifestações e as palavras do Dr. Paulo, de estímulo, que eu espero seja um estímulo compartilhado, porque este grande país que é o nosso haverá de caminhar cada vez mais, não simplesmente porque, eventualmente, alguém o dirige, mas porque nós todos, brasileiros e brasileiras, nos sentimos responsáveis perante o futuro, começando já, e começando por desenhar não um futuro de alguns que estão em situações de excelência técnica, de competência, mas um futuro que seja bom para o conjunto da população.

É para essa tarefa de solidariedade nacional, se posso assim dizer, que, ao mesmo tempo que agradeço as homenagens, eu os convoco para que continuemos marchando, e marchando juntos.

Muito obrigado.